

Termelétrica Viana S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Termelétrica Viana S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Viana S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Hedge Accounting

Por que foi considerado um PAA

Com o intuito de proteção aos riscos de contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, a Companhia adotou programa de contabilidade de hedge de fluxo de caixa. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10, o valor justo do instrumento de hedge em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 460.466 mil. Para estar apta a aplicar o método de contabilidade de hedge, a Companhia deve cumprir determinadas exigências previstas nas normas contábeis, incluindo, mas não se limitando à documentação formal da designação para contabilidade de hedge, realização de teste de efetividade e contabilização de eventual ineficácia, de parcela realizada, na demonstração do resultado. Dadas as exigências técnicas aplicáveis à adoção de contabilidade de hedge, bem como, potencial efeito de distorções das demonstrações financeiras em caso de erro na avaliação do teste de eficácia dessas operações, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) entendimento dos controles internos relacionados a contabilização de hedge, (ii) envolvimento dos nossos especialistas em instrumentos financeiros derivativos para nos auxiliar na revisão da estrutura de proteção designada para contabilidade de hedge, (iii) revisão da política e documentos que formalizam a designação para contabilidade de hedge, (iv) exames dos testes de efetividade para avaliar se as relações de cobertura são eficazes e se foram adequadamente calculadas, (v) procedimentos de confirmação dos saldos em instrumentos derivativos, junto às instituições financeiras, (vi) avaliação da classificação, contabilização do hedge de acordo com CPC 48 e IFRS 9 e (vii) avaliação a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento instrumentos financeiros derivativos sujeitos a contabilidade de hedge, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios usados e documentações mantidas pela Companhia para utilização da contabilidade de hedge, assim como, as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

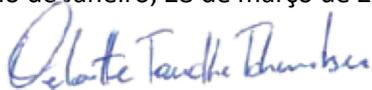
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

Termelétrica Viana S/A
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	88.167	40.235	Fornecedores	13	95.898	113.956
Clientes	6	70.690	103.507	Empréstimos	15	8.562	6.843
Serviços em Curso	9	5.050	3.933	Debêntures	14	40.242	38.257
Tributos a Recuperar	7	11.876	7.335	Tributos a Recolher	16	11.607	10.367
Estoques	8	30.218	24.061	Dividendos e JCP a Pagar	18.f	-	1.400
Instrumento financeiro derivativo	10	204.389	-	Obrigações Setoriais	17	8.508	8.267
Despesas Antecipadas		2.152	1.382	Arrendamento Mercantil		419	-
Outros Créditos		1.691	1.777	Contingências	24	5.993	-
		414.233	182.230	Outros Passivos		7.516	4.865
						178.745	183.955
Não circulante				Não circulante			
Tributos a Recuperar	7	3.143	101	Empréstimos	15	23.013	29.057
Despesas Antecipadas		78	157	Debêntures	14	-	37.910
Instrumento Financeiro Derivativo	10	256.077	104.513	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16	238.153	110.192
Imobilizado	11	388.434	351.923	Obrigações Vinculadas à Concessão		3.661	3.651
Intangível	12	99	56	Contingências	24	1.985	877
		647.831	456.750	Arrendamento Mercantil		1.006	-
						267.818	181.687
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social		262.800	171.500
				Reserva de Lucro		19.315	16.387
				Outros Resultados Abrangentes		318.139	68.979
				Dividendos Adicionais Propostos		15.247	16.472
						615.501	273.338
						1.062.064	638.980
		1.062.064	638.980				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	19	382.698	1.055.470
Custos dos Serviços Prestados	20	(216.333)	(966.917)
Resultado bruto		166.365	88.553
Despesas gerais e administrativas	21	(62.736)	(7.572)
Outras Receitas		184	118
Resultado operacional		103.813	81.099
Receita Financeira		7.342	1.134
Despesa Financeira		(18.605)	(20.205)
Resultado Financeiro	22	(11.263)	(19.071)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		92.550	62.028
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	16.b	(35.204)	(23.886)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	16.b	1.207	4.196
Lucro líquido do exercício		58.553	42.338
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R\$		0,223	0,247

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício		58.553	42.338
Outros resultado abrangente			
Itens que posteriormente serão reclassificados ao resultado			
Varição de valor justo de Hedges		563.274	104.513
Reclassificação de Hedges para o resultado		<u>(185.757)</u>	<u>-</u>
	10.e	<u>377.517</u>	<u>104.513</u>
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	10.e	<u>(128.357)</u>	<u>(35.534)</u>
Total dos outros resultados abrangentes	18.f	<u>249.160</u>	<u>68.979</u>
Resultado abrangente total		<u><u>307.713</u></u>	<u><u>111.317</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações de Mutação do Patrim nio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucro Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total
Em 31 de dezembro de 2020		75.000	14.271	26.217	-	-	115.488
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	(26.217)	-	-	(26.217)
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(4.270)	-	(4.270)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	(9.424)	-	(9.424)
Integraliza�o de Capital		187.800	-	-	-	-	187.800
Capital a Integralizar		(91.300)	-	-	-	-	(91.300)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	42.338	-	42.338
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	68.979	68.979
Destina�o do Lucro							
Constitui�o de Reserva Legal		-	2.116	-	(2.116)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(10.056)	-	(10.056)
Dividendos Propostos		-	-	16.472	(16.472)	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	18	171.500	16.387	16.472	-	68.979	273.338
Pagamento de Dividendos Adicionais		-	-	(16.472)	-	-	(16.472)
Pagamento de Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	(2.850)	-	(2.850)
Pagamento de Dividendos Intercalares		-	-	-	(23.622)	-	(23.622)
Integraliza�o de Capital		91.300	-	-	-	-	91.300
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	58.553	-	58.553
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	249.160	249.160
Destina�o do Lucro							
Constitui�o de Reserva Legal		-	2.928	-	(2.928)	-	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	(13.906)	-	(13.906)
Dividendos Propostos		-	-	15.247	(15.247)	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	18	262.800	19.315	15.247	-	318.139	615.501

As notas explicativas são partes integrantes das demonstra es financeiras.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		58.553	42.338
Ajuste			
Depreciação do imobilizado	11	15.423	11.953
Amortização do intangível	12	26	29
Baixa de ativo imobilizado	11	1.712	45
IR e CS Diferido	16.b	1.207	4.196
Despesa de juros de debêntures	22	4.356	6.489
Atualização monetária de debêntures	22	3.854	9.029
Despesa de juros de empréstimos	22	4.548	2.621
Marcação a mercado - empréstimo		1.592	1.421
Juros pagos de arrendamento mercantil		(40)	-
Contingências	24	7.101	-
(+) Variações nos ativos e passivos			
Clientes		32.817	8.256
Estoque		(6.158)	(5.014)
Tributos a recuperar		(7.583)	1.214
Outros créditos		(1.722)	485
Fornecedores		(18.059)	(1.904)
Obrigações regulatórias		242	(438)
Tributos e contribuições sociais a recolher		26.914	14.464
Outros passivos		4.421	3.110
IRPJ e CSLL pagos		(27.275)	(27.078)
Juros pagos de debêntures	14.a	(4.487)	(6.552)
Juros pagos de empréstimos	15.a	(4.465)	(2.142)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		92.977	62.522
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	11	(53.646)	(100.466)
Aquisições de ativo intangível	12	(69)	(7)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Investimentos		(53.715)	(100.473)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos mínimos obrigatórios	18	(13.906)	(10.056)
Dividendos intercalares	18	(23.622)	(9.424)
Dividendos Adicionais Pagos	18	(16.472)	(36.338)
Juros sobre o Capital Próprio	18	(4.250)	(3.870)
Amortização de debêntures	14	(39.648)	(36.318)
Amortização de empréstimo	15	(6.000)	(6.000)
Pagamento de Arrendamento mercantil		(296)	-
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	10	31.482	-
Juros Capitalizados de derivativos		(9.918)	-
Aporte de capital social	18	91.300	96.500
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) das Atividades de Financiamentos		8.670	(5.506)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		47.932	(43.457)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		40.235	83.692
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		88.167	40.235

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Termelétrica Viana S.A. ("Companhia " ou TEVISA) é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, no Estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a vinte unidades geradoras de energia com capacidade instalada total de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo de baixo teor de enxofre (OCB1).

A TEVISA foi vencedora do Leilão nº 002/2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e concretizou a venda de sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional que compraram no referido Leilão, com a capacidade instalada de 174,6 MW.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em janeiro de 2043.

Em Outubro de 2021 a Companhia sagrou vencedora no Leilão para o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) nº 01/2021 da ANEEL, firmando o Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 com a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) para o fornecimento de energia na capacidade de 37 MW, e para esse contrato a Companhia ampliou a termelétrica com a aquisição de quatro motores a gás natural. O período do contrato é de 1º de maio de 2022 até 31 de dezembro de 2025, diferentemente do contrato principal da UTE Viana, o Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) tem como tomador da energia o Ministério de Minas e Energia - MME.

O gás utilizado na operação é fornecido pela Petrobrás e recebido por meio do contrato assinado com a distribuidora de gás natural estadual, Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás). O consumo é estimado em 200.000m³/dia e a liquidação financeira ocorre em 7 dias úteis, após o mês de competência.

Com estes dois contratos de fornecimento de energia e com a aquisição de novos motores, a Companhia teve um aumento de 21,46% na sua potência instalada, pois passou de 174,6 MW para os atuais 212 MW.

A operação comercial do Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciou em 14 de julho de 2022.

Até 31 de agosto de 2022, o controlador acionário da Companhia era Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e, após esta data, o controlador passou a ser do BTG Pactual Holding Participações S.A., o qual detém 100% de participação.

A Companhia goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), assim como de gás, quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª dos Termos de Acordo INVEST-ES 124/2008 e 047/2021.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a Lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, quais estão consistentes com as utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2023.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo e, foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de *impairment*.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o ativo tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou nenhuma perda (impairment) a ser reconhecida no resultado do exercício.

Passivos Financeiros

(v) Classificação e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e em Hedge para assegurar o valor do gás natural (insumo da operação) atualizados pelo índice do JKM (Japan, Korea, Marker).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são registradas no resultado e por meio dos resultados abrangentes.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A Companhia utiliza Swaps de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes, bem como contratos futuros de JKM para sua exposição à volatilidade nos preços de compra de Gás Natural.

Diante do compromisso firme da compra de Gás Natural, a Companhia entende e considera o risco agregado de fluxo de caixa na cobertura do passivo em JKM e o SWAP de USD para R\$ como sendo sua exposição final em moeda local R\$, sendo que, para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são designados exclusivamente considerando os elementos a termo como, sendo os efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Desta forma, a Companhia considerou uma estratégia de designação combinada de “hedge accounting” considerando ambos os instrumentos derivativos (contratados a cobertura dos riscos agregados), fazendo, portanto, a designação do Cash Flow Hedge em cima do Fair Value Hedge (designações em camadas).

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo as questões qualitativas). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;

O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e

O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

O montante registrado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado nos períodos durante os quais os hedges forem liquidados.

3.3 Clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

3.5 Imobilizado

Compreende o custo de construção da usina termelétrica o terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para os demais bens.

O contrato de arrendamento, tratado como mercantil operacional, a depreciação aplicada é de 5 anos, tempo definido no contrato de locação.

3.6 Intangível

Compreende os softwares e licenças para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

3.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.10 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.11 Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

3.12 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

3.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.14 Arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e, ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado, inicialmente, pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.17 Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado) e do CER (Contrato de Energia de Reserva), os quais são reajustados pelo IPCA no mês de novembro de cada ano.

3.18 Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 3 / CPC 15	A qualificação do reconhecimento dos ativos e passivos na data da aquisição devem atender as definições de ativos e passivos disposto no CPC 00 - Estrutura Conceitual do Relatório Financeiro	01/01/2022
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras

b. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros	Alterações decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis	
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis	

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

A Companhia vendeu no Leilão 2007/2 e firmou contrato de CCEAR e, no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) de nº 01/2021 do Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 com o Ministério das Minas e Energia (MME), ambos os contratos no regime regulado, e com cláusulas que prevê penalidades severas de multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas no setor, para os clientes que descumprirem suas obrigações com a Companhia.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir é assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos das debêntures, considerando os juros contratuais, e do empréstimo, estão demonstrados a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Empréstimo	8.562	23.013
Debênture	40.242	-

(iii) Risco de taxa de juros

A Companhia não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros gere se um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório – CCEAR e o contrato do CER (Contrato de Energia de Reserva) estão indexados pelo IPCA.

(iv) Valorização dos instrumentos, ativo e passivo financeiros

A Companhia opera com diversos ativos e passivos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimo e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Debêntures

Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, são mensurados pelo valor justo através do resultado e por outros resultados abrangentes.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Montante Total de Dívida (Passivo Circulante Acrescido de passivo não circulante)	<u>446.563</u>	<u>365.642</u>
Total do Patrimônio Líquido	<u>615.501</u>	<u>273.338</u>
Índice de Alavancagem Financeira	<u>0,73</u>	<u>1,34</u>

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2022		
	Valor	Valor
	Contábil	Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	88.167	88.167
Clientes	70.690	70.690
	<u>158.857</u>	<u>158.857</u>
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	95.898	95.898
Debêntures	40.242	40.242
Empréstimos	31.575	31.575
	<u>167.715</u>	<u>167.715</u>
31/12/2021		
	Valor	Valor
	Contábil	Justo
Ativos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	40.235	40.235
Clientes	103.507	103.507
	<u>143.742</u>	<u>143.742</u>
Passivos Financeiros		
Mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	113.956	113.956
Debêntures	76.167	76.167
Empréstimos	35.900	35.900
	<u>226.023</u>	<u>226.023</u>

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3 nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia com cenário mais provável (cenário atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2022					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	85.442	8.998	10.586	13.233
IPCA	Debêntures	40.242	1.977	2.326	2.908
IPCA	Empréstimos	29.983	1.473	1.733	2.166
2021					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	8.953	338	398	497
IPCA	Debêntures	75.914	6.491	7.637	9.546
IPCA	Empréstimos	34.479	2.948	3.469	4.336

5 Caixa e equivalente de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Banco	2.725	31.282
Aplicação Financeira (*)	85.442	8.953
	<u>88.167</u>	<u>40.235</u>

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras possuem liquidez imediata e não possuem vencimentos e risco de variação significativa do valor caso de resgate antecipado.

6 Clientes

A Companhia analisou o seu contas a receber e não identificou perda de crédito esperada (PCE). O prazo de recebimento de 45 dias é atendido por toda a carteira do contas a receber.

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidade (Receita Fixa)	18.168	23.308
Fornecimento de Energia Gerada	-	79.473
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	345	726
Fornecimento Energia de Reserva – PCS (a)	52.177	-
	<u>70.690</u>	<u>103.507</u>

(a) Geração de energia para atendimento do Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) iniciada em 14 de julho de 2022.

7 Tributos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras	-	104
IR e CSLL a Compensar	377	54
PIS a Recuperar (i)	2.058	896
COFINS a Recuperar (i)	9.441	4.128
Contribuição Social e Imposto de Renda a Compensar	-	2.153
IRPJ Diferido, e CSLL Diferida	3.143	101
	<u>15.019</u>	<u>7.436</u>
Circulante	11.876	7.335
Não circulante	3.143	101

(i) PIS e COFINS a recuperar:

- Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Companhia manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 12 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

- Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Companhia controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

8 Estoques

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o estoque da Companhia é composto em sua maioria de óleo adquirido da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S/A). Como segue a composição do saldo:

	31/12/2022	31/12/2021
Óleo OCB1	18.310	13.988
Óleo Diesel	133	174
Lubrificantes	899	655
Almoxarifado (Sobressalentes)	10.876	9.244
	<u>30.218</u>	<u>24.061</u>

9 Serviços em curso

Nos termos da Lei 14.120/2021, a TEVISA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) do setor elétrico, dos quais 28% devem ser direcionados a projetos de P&D segundo os regulamentos da ANEEL.

	31/12/2022	31/12/2021
Projeto FISE	-	1.087
Projeto FEST	5.044	2.841
Projeto de gestão	6	5
	<u>5.050</u>	<u>3.933</u>

10 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural, os quais estão gerenciados com instrumentos derivativos.

A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia aplicável aos saldos é descrita na nota explicativa 3.2.vi.

10.1 Derivativos designados como instrumentos de hedge

a. Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possui um contrato firme de compra de Gás Natural cujo preço é denominado em JKM. A instabilidade no preço do JKM levou à decisão de firmar contratos a termo de JKM, que se iniciaram em novembro de 2021 e deverão reduzir a volatilidade atribuível às flutuações de preço do JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM está de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.

É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura que visa sempre absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.

Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM são idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em aberto 36 contratos de forward de JKM, com valor nocional total de R\$ 583.100 (US\$ 106.599), com vencimentos entre janeiro de 2023 a novembro de 2025, com efeito líquido nessa data de um ganho em torno de R\$ 590.543.

b. Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R\$, remuneradas a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, farão uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R\$ mais juros.

Da mesma forma, como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge. Uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities (NDFs) correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural. Para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía em aberto 36 contratos de forward de SWAP, com valor nocional total de R\$ 583.100 (US\$ 106.599) com vencimentos entre janeiro de 2023 a novembro de 2025, com efeito líquido na data de uma perda de R\$ 108.513.

c. Reequilíbrio das operações de Hedge

Considerando as designações do hedge accounting já feitas em 2021, para o risco agregado de fluxo de caixa, na cobertura do passivo em JKM e o USD para R\$. Em setembro de 2022, dada as condições do mercado de gás (JKM), a Administração decidiu vender na ponta inversa à anteriormente contratada, no montante de 20% do volume inicial. Essa redução só foi possível devido a:

- **Consumo de Gás:** Após início da operação foi verificado que o consumo efetivo de gás é na ordem de 223 m3/MWh e o consumo projetado na contratação do Hedge original foi de 228 m3/MWh, ou seja, em torno de 2% menor;

- **ICMS:** Conservadoramente o ICMS projetado foi de 7%, porém em sua grande maioria o gás vindo do Estado do Espírito Santo-ES possibilita uma alíquota efetiva de 5%, gerando uma redução em torno de 2% no custo; e

- **Inflex C:** Na leitura inicial dos contratos foi entendido que os lotes vendidos precisariam ser entregues no Centro de Gravidade (CG), porém foi informado pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) que a inflexibilidade contratual se dava na geração bruta, necessitando assim a redução da geração, conseqüentemente do consumo de gás.

A operação de venda na ponta inversa é constituída de 26 contratos de venda de gás realizada com o banco BTG.

d. Operações em aberto (não liquidadas)

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado - MTM (*mark-to-market*). A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela *Bloomberg* no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente, considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo:

	Classificação do hedge (a)	Valor justo	
		Hedge ativo	
		31/12/2022	31/12/2021
JKM	FV	590.543	98.887
Moeda estrangeira	CF	(108.513)	5.626
		482.030	104.513
Adiantamento de Hedge (NDF) (b)		(21.564)	-
		460.466	104.513
Circulante		204.389	-
Não circulante		256.077	104.513

(a) (CF: *Cash Flow Hedge* - Hedge de fluxo de caixa | FV: *Fair Value Hedge* - Hedge de valor justo

(b) NDF de JKM do mês 01/2023 recebidas antecipadamente no mês 12/2022.

Os ajustes referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

Hedge	Saldos reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021
JKM	590.543	98.887
Moeda estrangeira	(108.513)	5.627
Saldo bruto	482.030	104.514
(-) Imposto diferido	(163.891)	(35.535)
Saldo final líquido de impostos	318.139	68.979

e. Movimentação dos derivativos

	Nota	
Saldos em 31/12/2021		
Variação de valor justo de Hedges		104.513
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido		(35.534)
Saldo líquidos iniciais dos derivativos		68.979
 Variação do valor justo dos derivativos		
Variação de valor justo de Hedges		563.274
Derivativos reclassificados para o resultado do exercício		(185.757)
		377.517
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido		(128.357)
Movimentos líquidos dos derivativos	18.c	249.160
 Saldos em 31/12/2022		
Variação de valor justo de Hedges		482.030
(-) Imposto de renda e contribuição social diferido	16.a	(163.891)
Saldo final líquido dos derivativos		318.139

f. Análise de sensibilidade dos derivativos

A Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

O cenário provável foi calculado baseado no valor de mercado que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto.

O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

As cotações adotadas para o cenário provável foram as mesmas divulgadas em 31 de dezembro de 2022. Para o cálculo das operações de JKM e SWAP, foi considerada nos cenários possíveis e remotos a redução no preço de commodities de 25% e 50%, respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes das operações de derivativos:

	Risco	No cenário Provável	No cenário Possível	No cenário Remoto
Posição ativa			25%	50%
<i>JKM</i>	Aumento do preço das commodities	590.543	738.178	885.815
<i>Hedge de moeda</i>	Aumento da moeda	(108.513)	(135.641)	(162.770)

Ressalta-se que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção à exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia e suas controladas apresentam alto grau de efetividade em suas operações com derivativos.

g. Exposição

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado no EBITDA, nas liquidações das operações de hedge quando dos seus vencimentos. Considerando o seu valor justo, conforme acréscimo assim como a redução do custo dos commodities em 20%:

	2023	2024	2025
EBITDA 80% JKM (Price)	25.188	25.005	23.466
EBITDA 100% JKM (Price)	24.489	24.175	23.412
EBITDA 120% JKM (Price)	23.790	23.346	23.359

Em 31 de dezembro de 2022, não há depósitos ou garantias em nome da Companhia para as operações de hedge.

11 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

Termelétrica Viana S/A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Custo

Em milhares de Reais

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Direito de Uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.300	29.644	345.367	582	405	-	628	380.926
Adição	-	59	1.749	5	-	-	98.653	100.466
Baixa	-	-	(10)	-	-	-	(37)	(47)
Transferência	-	12	572	9	-	-	(593)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.300	29.715	347.678	596	405	-	98.651	481.345
Adição	-	140	-	-	-	1.681	51.825	53.646
Baixa	-	(309)	(33)	(61)	(35)	-	(1.668)	(2.106)
Transferência	-	18.285	127.478	59	210	-	(146.032)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.300	47.831	475.123	594	580	1.681	2.776	532.885

Depreciação Acumulada

Em milhares de Reais

	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Direito de Uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(8.372)	(108.504)	(329)	(266)	-	-	(117.471)
Adição	-	(966)	(10.879)	(52)	(56)	-	-	(11.953)
Baixa	-	-	2	-	-	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(9.338)	(119.381)	(381)	(322)	-	-	(129.422)
Adição	-	(1.373)	(13.594)	(52)	(68)	(336)	-	(15.423)
Baixa	-	304	28	47	15	-	-	394
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(10.407)	(132.947)	(386)	(375)	(336)	-	(144.451)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.300	21.272	236.863	253	139	-	628	263.455
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.300	20.377	228.297	215	83	-	98.651	351.923
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.300	37.424	342.176	208	205	1.345	2.776	388.434

12 Intangível

O intangível é composto de software e licenças de uso, com taxa de amortização de 20% ao ano.

Custo

Em milhares de Reais

	Software	Software (em Cursos)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	142	-	142
Adição	-	8	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142	8	150
Adição	49	20	69
Transferência	28	(28)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	219	-	219

Amortização Acumulada

Em milhares de Reais

	Software	Software (em Cursos)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(65)	-	(65)
Adição	(29)	-	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(94)	-	(94)
Adição	(26)	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(120)	-	(120)
Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	77	-	77
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48	8	56
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99	-	99

13 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Comercializadora de Energia	-	897
Combustíveis (a)	86.748	108.239
Outros	9.150	4.820
	95.898	113.956

(a) Refere-se aquisição e gás natural fornecidos pela empresa Petrobrás para consumo das unidades geradoras.

14 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Companhia fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2022					
	Vencimento	Quantidade	Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Histórico	Saldo Atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	10.089
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	10.089
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	10.089
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	9.975
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>40.242</u>
		Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas		7,25% + IPCA	40.142	100	40.242
Circulante					40.242
2021					
	Vencimento	Quantidade	Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Histórico	Saldo Atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	19.072
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	19.072
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	19.072
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	18.951
		<u>2.450</u>		<u>245.000</u>	<u>76.167</u>
		Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas		7,25% + IPCA	75.914	253	76.167
Circulante					38.257
Não circulante					<u>37.910</u>
					76.167

A movimentação das debêntures para adição e liquidação estão apresentadas conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	76.167	103.519
Adição		
Atualização - IPCA	3.854	9.029
Despesas de Juros	4.356	6.489
	8.210	15.518
Baixa		
Amortização do Principal	(39.648)	(36.318)
Atualização de Juros	(4.487)	(6.552)
	(44.135)	(42.870)
	40.242	76.167

Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Companhia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Companhia, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria nº 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Companhia e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

Cláusulas restritivas as debêntures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que foi atendido em 31 de dezembro de 2022.

15 Empréstimos

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,81% a.a. Por outro lado foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,30% a.a.

	Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a	2022	2021
	40.000	CDI + 2,81% a.a	31.575	35.900
Passivo Circulante			8.562	6.843
Não Circulante			23.013	29.057

A vigência do empréstimo é até 05/2024 e as amortizações são realizadas trimestralmente.

A movimentação do empréstimo está apresentada conforme abaixo:

	31/12/2021	Adição Juros	Amortização		31/12/2022
			Principal	Juros	
Banco Itaú	34.479	4.548	(6.000)	(4.465)	28.562
Marcação a Mercado (MTM)	1.421	1.592	-	-	3.013
	35.900	6.140	(6.000)	(4.465)	31.575

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social passivos diferidos

	31/12/2022	31/12/2021
Diferido Passivo		
Ajuste Decorrente de Diferença de Taxa de Depreciação (Fiscal x Prazo de Autorização)	74.262	74.658
Ajuste Decorrente de Hedge	163.891	35.534
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	238.153	110.192

b. Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	92.550	62.028
Juros sobre o Capital Próprio	(2.850)	(4.270)
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (Ajustado)	<u>89.700</u>	<u>57.758</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	30.498	19.638
Bônus e Gratificações	1.357	25
Doações e Patrocínios	35	55
Outras Adições e Exclusões	2.107	(28)
	<u>33.997</u>	<u>19.690</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	35.204	23.886
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(1.207)	(4.196)
	<u>33.997</u>	<u>19.690</u>
Alíquota Efetiva	37%	34%

17 Obrigações Setoriais

	31/12/2022	31/12/2021
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	8.466	8.226
Taxa de fiscalização	42	41
	<u>8.508</u>	<u>8.267</u>

18 Patrimônio Líquido

O controlador acionário da Companhia é o BTG Pactual Holding Participações S.A, que detém 100% das ações. Na AGE de 09 de novembro de 2021, foi estabelecido o aumento do capital social de R\$ 171.500 para R\$ 262.800, dividido em 262.800 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O valor integralizado de R\$ 91.300 foi realizado pelo acionista, em moeda corrente, nas seguintes datas:

<u>Data</u>	<u>Aporte de capital</u>
31/01/2022	19.000
14/03/2022	12.000
20/05/2022	21.000
15/06/2022	25.300
18/07/2022	14.000
	<u>91.300</u>

Destinação do Resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	58.553	42.338
Constituição de Reserva Legal (5%)	(2.928)	(2.116)
Base de Cálculo dos Dividendos	55.625	40.222
Dividendos Intercalares	(23.622)	(9.424)
Dividendos mínimos obrigatórios	(13.906)	(10.056)
Juros sobre Capital Próprio	(2.850)	(4.270)
Dividendos Adicionais Propostos	15.247	16.472

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao hedge de fluxo de caixa para a proteção do contrato de compra futura do gás a ser utilizado na operação de geração de energia. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado a reserva foi de R\$ 249.160 (R\$ 68.979 em 31 de dezembro de 2021).

c. Dividendos Mínimos Obrigatórios

Em 2022, a Companhia destinou o valor total de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 55.626, valor superior ao mínimo obrigatório de R\$ 13.906 (R\$10.056 em 31 de dezembro de 2021) pois houve a deliberação, no exercício, de dividendos intercalares e adicionais.

d. Dividendos Adicionais Propostos

A Companhia destinou o valor de R\$ 15.247 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16.472 em 31 de dezembro de 2021) para dividendos adicionais propostos.

e. Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Em 2022, a Companhia constituiu dividendos intercalares no valor de R\$ 23.622 (R\$ 9.424 em 31 de dezembro de 2021) e Juros sobre capital próprio o valor de R\$ 2.850 (R\$ 4.270 em 31 de dezembro de 2021).

f. Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos

	2022				Total
	Juros sobre Capital Próprio	Dividendos Intercalar	Dividendos Adicionais	Dividendos Mínimos	
Saldo Inicial	1.400	-	16.472	-	17.872
Adição	2.850	23.622	15.247	13.906	55.625
Liquidados	(4.250)	(23.622)	(16.472)	(13.906)	(58.250)
Saldo Final	-	-	15.247	-	15.247

	2021				Total
	Juros sobre Capital Próprio	Dividendos Intercalar	Dividendos Adicionais	Dividendos Mínimos	
	1.000	-	36.338	-	37.338
Adição	4.270	9.424	16.472	10.056	40.222
Liquidação	(3.870)	(9.424)	(36.338)	(10.056)	(59.688)
Saldo final	1.400	-	16.472	-	17.872

A Companhia efetuou as liquidações dos valores acima, com base nos atos a seguir:

2022			
	Descrição	Pagamento	Valor
	RCA de 31 de março de 2022	Juros sobre o capital próprio	23/09/2022 2.850
	118ª RCA de 31 de dezembro de 2021	Juros sobre o capital próprio	23/09/2022 1.400
	130ª RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos do exercício de 2021	25/10/2022 16.472
	130ª RCA de 18 de outubro de 2022	Dividendos intercalares	25/10/2022 12.528
	131ª RCA de 01 de dezembro de 2022	Dividendos intercalares	02/12/2022 25.000
			<u>58.250</u>

2021			
	Descrição	Pagamento	Valor
	100ª RCA de 31 de dezembro de 2020	Juros sobre o capital próprio	29/01/2021 1.000
	104ª RCA de 23 de fevereiro de 2021	Dividendos do exercício de 2020	01/03/2021 16.340
	106ª RCA de 31 de março de 2021	Juros sobre o capital próprio	27/04/2021 920
	AGO de 13 de abril de 2021	Dividendos adicionais	27/04/2021 2.998
	102ª RCA de 08 de janeiro de 2021	Deliberação de dividendos	08/01/2021 17.000
	107ª RCA de 19 de abril de 2021	Dividendos intercalares	19/09/2021 13.200
	111ª RCA de 30 de setembro 2021	Juros sobre o capital próprio	30/09/2021 1.000
	108ª RCA de 28 de junho de 2021	Dividendos intercalares	30/06/2021 6.280
	109ª RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre o capital próprio	23/07/2021 950
			<u>59.688</u>

19 Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilização Energia de Reserva – PCS (a)	255.475	-
Disponibilidade	145.891	133.811
Fornecimento de Energia Gerada (b)	22.007	1.042.605
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	5.433	15.088
Compra de Energia	<u>(2.103)</u>	<u>(15.097)</u>
	426.703	1.176.407
Impostos sobre serviços	(39.709)	(110.224)
Encargos do Consumidor	<u>(4.296)</u>	<u>(10.713)</u>
	<u>(44.005)</u>	<u>(120.937)</u>
	<u><u>382.698</u></u>	<u><u>1.055.470</u></u>

- (a) Receita gerada no Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 447/21 e, negociada no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). Início da operação comercial em 14 de julho de 2022.
- (b) Com a estabilidade da geração hídrica no mercado nacional, no ano de 2022, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) reduziu sensivelmente os despachos (comandos) para entrada em operação da Usina Termelétrica Viana S/A, refletindo assim, na geração da receita por fornecimento de energia elétrica

20 Custo sobre os serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(13.612)	(11.151)
Materiais (a)	(337.757)	(911.559)
Resultado com derivativo – hedge (b)	185.757	-
Serviços de Terceiros	(32.961)	(26.047)
Depreciação	(14.806)	(11.785)
Compra de Energia	(1.069)	(992)
Outras Despesas	<u>(2.617)</u>	<u>(5.383)</u>
	<u><u>(216.333)</u></u>	<u><u>(966.917)</u></u>

- (a) Em 2022, o custo com materiais sofreu redução devido à ausência de comandos de entrada em operação pelo Operador Nacional Sistema Elétrico (ONS) e, conseqüentemente, a redução do consumo do óleo OCB1, principal insumo na produção de energia.
- (b) Refere-se o resultado com operações de hedge para amortizar os efeitos das variações de câmbio do JKM (valor do gás no mercado mundial).

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Multa Contratual e regulatória (a)	(51.543)	-
Pessoal	(5.147)	(4.816)
Materiais	(143)	(100)
Serviços de terceiros	(5.304)	(2.379)
Depreciação	(477)	(91)
Outros	(122)	(186)
	<u>(62.736)</u>	<u>(7.572)</u>

- (a) Multa contratual pela CCEE, no valor de R\$ 45.550 e multa editalícia pela ANEEL, no valor de R\$ 5.993, em razão do descumprimento do cronograma de implantação do projeto para atendimento ao Procedimento Competitivo Simplificado (PCS).

22 Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Financeiras		
Juros de Debêntures	(4.357)	(6.489)
Atualização Monetária de Debêntures	(3.854)	(9.029)
Atualização Monetária de Empréstimo	(4.548)	(2.621)
Comissão sobre Fiança	(1.310)	(373)
Outras	(4.536)	(1.693)
	<u>(18.605)</u>	<u>(20.205)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação	5.168	1.095
Outras Receitas	2.174	39
	<u>7.342</u>	<u>1.134</u>
Resultado Financeiro	<u>(11.263)</u>	<u>(19.071)</u>

23 Honorários dos administradores

No exercício de 2022, o total pago, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia, somou R\$ 1.748 (R\$ 1.204 no exercício de 2021).

24 Contingências

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo e trabalhista.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía ações trabalhistas e administrativa, como segue:

Provável

Ação administrativa em juízo à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o despacho SFG nº 2.188/2022 (TIPE nº 6/2022), referente à multa editalícia pelo atraso na implantação da UTE Viana 1 – Procedimento Competitivo Simplificado (PCS). Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia considerando a natureza da causa com a probabilidade de perda provável, registrou a provisão no valor de R\$ 5.993.

As ações trabalhistas movidas por ex-empregados da Companhia, com pedido de reintegração nos quadros o que foi considerado como provável de acontecer e, a Companhia em 31 de dezembro de 2022 registrou provisão no valor de R\$ 1.985 (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 877) para as causas com probabilidade de perda provável.

A movimentação das contingências prováveis foram:

	2021	Adição	Atualização	2022
Ação Administrativa	-	5.993	-	5.993
Ação Trabalhista	877	-	1.108	1.985
	877	5.993	1.108	7.978

Possível

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava causas trabalhistas de mesma natureza, com probabilidade de perda possível no valor de R\$ 60 (em 31 de dezembro de 2021 - R\$417).

25 Seguros

Risco	Vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil	30/06/2021 a 30/06/2022	6.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores D&O	08/05/2021 a 08/05/2022	20.000
Riscos Ambientais	06/09/2021 a 06/09/2022	102
Riscos Operacionais	30/06/2021 a 30/06/2022	1.294
Veículo (placa OVI-1609)	12/01/2022 a 12/01/2023	150
Veículos (placa ODM 9212)	18/09/2021 a 18/09/2022	100
Veículos (placa PPH 3044)	07/12/2021 a 07/12/2022	100

26 Evento subsequente

A Companhia celebrou em 03/2023 contrato de empréstimo com o Banco Itaú, no valor de R\$ 40.000, com a vigência de 02/03/2023 a 04/03/2024.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Édina Maria Andrade
Contadora
CRC/RJ 082.615/O-6